

05.04.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Promotores do projeto *Book in Loop*

João Bernardo Parreira, José Pedro Moura, Manuel Barata de Tovar e Diogo Ferraz.

Recebidos por: Deputada Laura Magalhães (PSD, que presidiu à audiência) e Deputado André Pinotes (PS).

Assunto: Apresentação do projeto *Book in Loop*.

Exposição: A Deputada Laura Magalhães (do PSD, que presidiu à audiência) cumprimentou os elementos da delegação, justificou o atraso na concessão da audiência com os trabalhos do Orçamento do Estado, indicou-lhes a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os membros da delegação agradeceram a audiência e felicitaram pela negociação do Governo com as editoras em relação à atualização do valor dos manuais escolares de harmonia com a taxa de inflação (referindo que os manuais do 1.º ciclo custam em média 42€ e os dos anos seguintes 216€) e pela distribuição gratuita dos manuais do 1.º ano (com um encargo global estimado de cerca de 3.000.000€).

Fizeram depois o enquadramento da situação, referindo que há dificuldades adicionais na reutilização de livros no 1.º ciclo, pela idade dos alunos, com efeitos no estado dos manuais, pelo que não é sustentável a utilização do projeto nesses anos. Indicaram, de seguida, que em relação aos restantes, as famílias gastam cerca de 250.000.000€/ano em manuais, que revertem maioritariamente para 2 grupos editoriais que controlam o setor, podendo poupar-se com o projeto cerca de 200.000.000€, correspondente a uma redução de 80% dos encargos. Realçaram que não serão criadas despesas para o Estado, sendo utilizadas ferramentas da economia da partilha (*vide* documento disponível na [página da Comissão na internet](#)).

Fizeram depois a apresentação do [projeto *Book in Loop*](#), que qualificaram como uma proposta da sociedade civil para o problema das despesas das famílias com a compra anual dos manuais escolares, referindo que as que tenham livros disponíveis entregam-nos e a plataforma criada no âmbito do projeto disponibiliza-os a 40% do seu preço, dos quais 20% são recebidos por quem entregou os livros.

Indicaram que são uma *startup* alojada na [incubadora do Instituto Pedro Nunes](#), têm parcerias com várias entidades, nomeadamente a Urbanos e a Repsol, para estabelecerem uma rede de recolha de livros e estão em negociações com várias outras entidades, livrarias, Cáritas, etc, para oferecerem a sua opção de disponibilização de livros já a partir de junho.

Elencaram depois 3 obstáculos com que se depararam para a implementação do projeto, a saber:

1. Para a agilização do funcionamento da sua plataforma precisam que a informação sobre os manuais escolares adotados por cada escola, disponibilizada *online* pela Direção Geral da Educação, que consideram *open-data*, esteja em formato que permita o seu tratamento informático, o que não acontece atualmente.

Informaram ainda que já tinham feito essa solicitação à Direção Geral da Educação desde outubro de 2015, mas ainda não tinham obtido resposta. De igual modo, tinham tentado obter essa informação através da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), mas a entrada na mesma foi-lhes negada.

2. Alteração frequente do ISBN (Número Padrão Internacional de Livro, um sistema identificador único para livros e publicações não periódicas) dos manuais, quando a lei exige que os mesmos tenham uma vigência de seis anos, com 2 exceções, resultantes da alteração das metas curriculares ou da evolução do conhecimento científico.

A título de exemplo, referiram que um livro de Português de 2015 tinha um ISBN diferente do livro de 2011, tendo-se verificado que era igual em mais de 85% do seu conteúdo e na parte restante tinham sido introduzidas mudanças pouco relevantes.

3. Dificuldades no processo de distribuição de manuais novos, que possam completar os adquiridos no âmbito do projeto, dado que se verifica uma situação quase monopolista de um grupo editorial português, para além de haver frequentes falhas de fornecimento, impossibilitando a hipótese de outros operadores revenderem manuais novos sem graves prejuízos.

Realçaram ainda que a lei estabelece que os livreiros são responsáveis pela distribuição atempada dos manuais, o que não se tem verificado.

Interveio depois a Deputada Laura Magalhães (PSD), questionando a que dimensão estava em prática o projeto Book in Loop, que contributos podiam dar para ultrapassar os obstáculos referidos, o que é que a Assembleia da República podia fazer, qual era o destino dos 20% do preço dos livros que não eram entregues às famílias e se a Direção Geral da Educação tinha apresentado alguma justificação para a não disponibilização do ficheiro solicitado.

Na sequência das questões colocadas, os responsáveis do projeto esclareceram que os livros eram vendidos a 40% do seu valor, sendo 20% entregues às famílias e os restantes 20% destinados a suportar os encargos da logística do projeto, nomeadamente, com a plataforma e a recolha e distribuição dos manuais.

Referiram ainda que tinham começado a trabalhar o projeto de forma profissional havia um ano e iriam entregar os primeiros livros em setembro de 2016, já tendo uma boa base de manuais, estando programada uma campanha de recolha em junho e julho e estando a ser alargada a rede com a Repsol. Em agosto os pais saberão os livros que vai precisar e começarão as vendas.

Em relação aos obstáculos, reiteraram a necessidade de lhes ser disponibilizado o ficheiro pela Direção Geral da Educação, da qual não tinham recebido nenhuma resposta, realçando que a lei prevê a sua existência e entrega à Associação Portuguesa de Editores e Livreiros. Quanto à alteração do ISBN, solicitaram que seja respeitado o período de seis anos de vigência dos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

manuais, salvo no caso de alterações curriculares, reiterando que há produção redundante anual de manuais.

Salientaram ainda que a produção de manuais era detida a 70% por um livreiro, que detinha igualmente livrarias, e sugeriram que fossem ouvidos outros livreiros e redes de livrarias, que se queixam da distribuição.

Por último, o Deputado André Pinotes (PS), que tinha entrado depois da apresentação do projeto, referiu que iriam ver a documentação disponibilizada e depois equacionariam a hipótese de contacto com o Ministério da Educação.

O documento entregue e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 5 de abril de 2016

A assessora

Teresa Fernandes

